

Seu negócio

Fórum Permanente da MPE

Papel deste órgão gestor está sendo relegado a mero departamento de uma secretaria de governo, diz especialista jurídico

Simpi

23/04/2014 | 07:10

Previsto e criado para ser um dos órgãos gestores para a implantação e plena consecução da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, o Fórum Permanente da ME (Microempresa) e EPP (Empresas de Pequeno Porte) foi instituído oficialmente por decreto presidencial em 2007. Foi protagonista de diversas conquistas para o segmento, atuando com o esforço conjunto e cooperado de 52 órgãos governamentais, 57 entidades de representação empresarial e instituições de apoio.

Até então presidido pelo MDIC (Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), o fórum permanente era um espaço de interlocução entre o governo federal e o setor privado, legitimado a tratar das questões não tributárias relacionadas ao tratamento favorecido e diferenciado às MEs e EPPs, nos termos dos artigos 146, 170 e 179 da Constituição Federal. Tendo como objetivo propor, acompanhar, gerir e concretizar ações e políticas públicas na construção de ambiente em que os pequenos empreendimentos tenham condições de cumprir seu papel na geração de emprego e renda e, conseqüentemente, contribuir para o crescimento econômico do País. Foi neste espaço que foram travados diversos debates e apresentadas inúmeras propostas, tanto em sua plenária quanto nos seis comitês temáticos vigentes: comércio exterior; compras governamentais; desoneração e desburocratização; rede de disseminação, informação e capacitação; investimento e financiamento e tecnologia e inovação.

Em meados de 2013, o fórum permanente passou a ser presidido e coordenado pela recém-criada Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa, mas teve suas atividades suspensas deste então, retomando as atividades somente agora, no início de 2014, com relevantes e polêmicas modificações na sua estrutura organizacional.

RACIONALIZAÇÃO OU RESTRIÇÃO?

Depois de quase um ano com as suas atividades suspensas, o Fórum Permanente da Microempresa e Empresas de Pequeno Porte esteve reunido em fevereiro, em Brasília, ocasião em que o ministro Guilherme Afif Domingos apresentou nova estrutura e dinâmica de trabalho para este órgão. Segundo ele, o fórum permanente passará a contar com apenas três comitês temáticos, em vez de seis, embora garanta que “este enxugamento irá aumentar a qualidade de atuação, com foco em resultados”. Outra novidade é que apenas entidades de representação nacional poderão participar, restringindo as demais – não menos importantes – às instâncias regionais.

Contudo, a maior polêmica foi a extinção das coordenações pela iniciativa privada nos comitês temáticos que, em nome da racionalização, serão conduzidos apenas por representantes do governo. Num ambiente democrático de debates e formulação de políticas públicas, a força do fórum permanente, então, residia na coordenação paritária entre a iniciativa privada e o governo, o que garantia a legitimidade para torná-lo protagonista de diversas conquistas para o setor. “Agora, nos parece que o papel deste órgão gestor da lei geral está sendo relegado equivocadamente a um mero departamento de uma secretaria de governo”, afirma o advogado Marcos Tavares Leite, um dos especialistas jurídicos do Simpi (Sindicato da Micro e Pequena Indústria).

Segundo o especialista, que também foi coordenador pela iniciativa privada do Comitê de Desoneração e Desburocratização deste fórum permanente, a Assimpi (Associação Nacional dos Sindicatos da Micro e Pequena Indústria) já solicitou que esse assunto seja pauta na próxima reunião do órgão. “Afinal, sem consulta prévia, reduzir o papel das entidades representativas dentro de seu próprio espaço, obrigando-as a digerir um prato servido pronto e sujeitá-las à condição de reles ouvintes é algo, no mínimo, inadmissível”, reclama Tavares Leite.